

RESENHA

RAMOS, Francisco Manfredo Thomaz.

A ideia de Estado na Doutrina Ético-Política de Santo Agostinho - *Um estudo do Epistolário comparado com o "De Civitate Dei"*.

2ª ed. Porto Alegre: Letras & Vida, 2015.

Fluía mês de setembro de 1984. No *hall* de entrada do Centro de Humanidades da UECE, reúne-se a comunidade acadêmica para o lançamento do livro de Monsenhor Manfredo Thomaz Ramos "**A ideia de Estado na Doutrina Ético-Política de Santo Agostinho** – *Um estudo do Epistolário comparado com o "De Civitate Dei"*."

Daquilo expresso naquela solene ocasião me lembro de ter dito a seguinte frase: "[...] este trabalho é de um beneditino: consciencioso, para não dizer escrupuloso, profundo, escrito com esmero!".

Enfrentar o Epistolário de Agostinho – cerca de 300 cartas – num estudo comparado com a DCD, para aprofundar e elucidar a ideia de Estado é, deveras, uma tarefa gigantesca que só é possível ser realizada com uma enorme dose de paciência.

A leitura, desta nova edição – a 2ª - não é sempre fácil por causa da profundidade do pensamento de Agostinho e de uma visão do mundo, diferente da *Sitz im Leben* da atualidade.

A leitura da 2ª edição, porém, é muito facilitada pela tradução de grande parte dos textos latinos: uma medida salutar – embora também a ser lamentada – e necessária em razão do precário, para não dizer pouco, conhecimento da língua latina por parte da maioria dos leitores modernos.

A estrutura do livro não foi objeto de mudanças – e é importante lembrar isto porque novos leitores possam surgir, e antigos leitores queiram rever uns momentos fortes da comparação elaborada. Essa estrutura é não somente lógica, mas também eminentemente didática na conhecida tradição da Gregoriana.

A 1ª Parte apresenta os fundamentos teóricos. A estrutura trinar da desta exposição situa-nos no coração da ética agostiniana, conhecida de outras fontes e aqui revelada numa aproximação diferente que poderia ser chamada de “mais intimista” em razão de ser o gênero literário epistolar o objeto da análise. Passando pelo eudaimonismo cristão e pela Metafísica da verdade do bem, chega-se ao problema da felicidade do Estado, que está em Deus, e que se adquire pela “vera pietas” e pelas virtudes morais. Como se conclusão fosse, abre-se o desenvolvimento desta parte à definição de Estado: o Estado, a justiça e o amor, em que é expressa uma bela e profunda análise de textos da DCD e as Cartas 130, 155 e 137.

A 2ª parte é uma análise axiológica-prática do Estado, em perspectiva cristã, de novo numa estrutura trinar que desenvolve a finalidade espiritual do Estado; o valor do Estado: os textos clássicos do DCD e seus interpretes; o valor do Estado no Epistolário: o estado diante da “Divina Celestique Republica”. (Divina e Celeste Republica).

É realmente uma verdadeira análise que cava profundamente e leva ao âmago do estudo e em que a abundante referência às Cartas leva a uma compreensão político-ético do Hiponense.

Embora não estejamos numa luta quase fratricida como se vivia no tempo de Agostinho entre cristãos ortodoxos e donatistas, o último capítulo VI - página 263 - assume um papel de destaque em nossos dias em que golpistas e não golpistas se digladiam, longe daquilo que é chamada de tutela da concórdia.

O livro do Monsenhor Manfredo constitui um marco nos estudos agostinianos. Ouso dizer mais: parece-me que a sua importância ainda não está sendo suficientemente explorada, haja vista que novos estudos revolucionários como este são escassos.

Que isto possa mudar no dia de hoje.

Prof. Dr. Jan Gerard Joseph ter Reegen

Professor emérito da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Professor titular do curso de Filosofia da Faculdade Católica de Fortaleza - FCF. Doutor em Filosofia Medieval pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Docente livre em Filosofia Antiga pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Contato: jan.gjtr@gmail.com